

ANTIGUIDADES EGÍPCIAS: O COMÉRCIO E AS LEIS DE PROTEÇÃO DAS HERANÇAS FARAÔNICAS

Lucas dos Santos Ferreira¹

RESUMO

As primeiras tentativas em proteger seus tesouros fez com que os antigos egípcios desenvolvessem modos para preservar seus enxovais funerários. Portas falsas, inscrições com avisos aos malfeitores e câmaras secretas eram os meios principais de garantir que os artefatos permanecessem intactos para o uso pós-morte. Entretanto, na grande maioria dos casos, não foi possível impedir que saqueadores levassem por terra incalculáveis riquezas. Essa odisséia que perdura por mais de cinco milênios, teve evidência com a “redescoberta” do antigo Egito no século XVIII. O estudo apresenta um cenário desafiador e traça as principais tentativas de resguardar o seu legado ao longo desse período.

Palavras-chaves: Antiguidades Egípcias. Comércio. Leis.

ABSTRACT

The first attempts to protect their treasures made so that ancient Egyptians developed ways to preserve their funerary apparatus. Fake doors, writings warning wrong-doers and secret rooms were the main ways to guarantee that artifacts would not be touched in means to be available for usage postmortem. Although, in most cases it was not possible to avoid thieves from taking incalculable treasures. This odyssey drags for over five millenniums and was in evidence with the re-discovery of the ancient Egypt in the eighteenth century. This study features a challenging scenario and distinguishes the crucial attempts to preserve their legacy throughout this period.

Keywords: Egyptians Antiquities. Trade. Laws.

¹ Graduado em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, especialista em História pela mesma instituição. E-mail: lucasferreira@antigoegito.org

INTRODUÇÃO

O antigo Egito é conhecido como a Terra dos Faraós. Seus templos, suas estátuas e seus túmulos, decorados com relevos e hieróglifos, têm sido motivo de admiração por gerações. No entanto, os vestígios da civilização faraônica, há milhares de anos, vêm chamando a atenção de todos ao redor do mundo, os quais, fascinados com sua riqueza, travam verdadeiras corridas ao ouro.

Os registros arqueológicos do vale do Nilo nos mostram o sofisticado conhecimento, o qual o homem moderno ainda busca evidências para entender, sendo a ligação ao passado realizada com a metodologia adequada, um ponto importante para a compreensão do nosso presente.

As peças fundamentais, as quais hoje se encontram em coleções particulares, casas de leilão ou esquecidas em algum sótão, provavelmente seriam o quebra-cabeça de todo o mistério que ainda cerca a civilização egípcia. Não obstante, as sucessivas invasões dos persas, gregos, romanos, bizantinos, árabes, otomanos, franceses e ingleses sucumbiram com grande parte dos tesouros que as areias do deserto preservaram tão bem.

Até a independência do Egito, em 1952, a arqueologia foi conduzida por missões estrangeiras que consideravam qualquer achado sua propriedade (KEDDIE, 2006, 122). Apesar das leis egípcias de 1835 e 1912, que tornavam ilegais o transporte de antiguidades para fora do país, os arqueólogos ainda eram capazes de levar para casa uma porcentagem do que encontravam (ZABECKI, 2009, 53). Muitas das leis criadas foram encorajadas pelo Egiptólogo francês Auguste Mariette, enviado pelo Museu do *Louvre* para comprar alguns manuscritos coptas no Egito. Mariette acabou ficando e escavando em *Saqqara*, onde encontrou o *Serapeum* e todas as dificuldades enfrentadas por ele, fez com que enxergasse a necessidade do Egito em ter uma legislação para conservar suas heranças (TIRADRITTI, 2000, 18). Nomeado em 1858 como chefe do Serviço de Antiguidades Egípcias e tendo fundado o Museu *Bulaq* em 1863, Mariette fez de sua influência, uma luta constante contra a saída de artefatos de

forma clandestina. (SILVERMAN, 2010, 142). Entretanto, as diversas lacunas nas leis, que sofreram várias alterações, sendo a última em 2010, não impediram as invasões e os saques a sítios, tornando o comércio ilegal, uma prática lucrativa que impulsionava novos horizontes a cada descoberta.

COMÉRCIO NO VELHO CONTINENTE

Quando em maio de 1798 o Diretório Francês enviava o até então general Napoleão Bonaparte e seus 38 mil homens para o Egito na tentativa de afastar o jovem Napoleão do poder, não imaginavam o legado que a jornada produziria (VIVIAN, 2012, 43). Oficialmente, o objetivo da missão francesa era a conquista do Egito, visando interromper a rota comercial entre Inglaterra e Índia. Entretanto, a expedição não se limitava a uma campanha bélica, sendo que um grupo de cientistas, peritos nas mais diversas áreas do conhecimento humano, ficou responsável por estudar, registrar e mostrar para a Europa o que até aquele momento era escasso (MELLA, 1998, 09).

Foi através da obra *Voyage dans le haute et basse Égypte*, de Dominique Vivant, exímio desenhista, publicada em 1802, que os historiadores finalmente conseguiram conhecer, com detalhes, o legado deixado pela civilização egípcia (COLLA, 2007, 30). O livro relata com textos e pinturas, em um período de pouco mais de um ano (1798-1799), as peculiaridades da arquitetura e da arte, das quais havia alguns poucos relatos descritos por viajantes. Posteriormente, publicado em 1809, o *Description de l'Égypte*, considerada a primeira enciclopédia da egiptologia, reunia informações do Egito, “apresentadas” cientificamente aos eruditos franceses, ganhando rapidamente uma enorme popularidade (COLLA, 2007, 30).

Todavia, o resultado mais importante da invasão francesa foi a descoberta da Pedra de Rosetta, um texto trilingue, encontrado pelo tenente Pierre Bouchard em meados de julho de 1799, durante a reconstrução do Forte de Quait Bey (renomeado de St. Julien pelos franceses) em Rashid (Rosetta), na costa do Delta (THOMASSON,

2013, 221). Com a capitulação das tropas francesas no Egito, em 1801, a Pedra de Rosetta, juntamente com uma série de outras antiguidades de grande porte, foi confiscada e se dirigiu à Grã-Bretanha (RUSSMANN, 2001, 49).

Começava de modo oficial a disputa pelas antiguidades. Impulsionada pelos relatos que a equipe de Napoleão fizera, a Europa via no Egito uma fonte inesgotável de tesouros até então incompreendidos pelos dizeres dos textos sagrados. Não demorou muito para que os aventureiros vindos de todas as partes do continente europeu atracassem no Egito. Um verdadeiro comércio, movido pelo desejo capitalista de fazer riqueza a qualquer preço, começava a tomar conta das cidades egípcias, promovendo leilões a céu aberto (WAKELING, 1912, 123). O aparecimento dos primeiros falsificadores, que se valiam da ignorância dos mais desavisados, explodiu na mesma proporção que surgiam os compradores das riquezas faraônicas.

A realização de cópias dos antigos ornamentos de ouro vem acontecendo há alguns anos e é um dos ramos mais lucrativos do negócio. Os mais extraordinários preços são pagos por estas réplicas, na crença que são genuínas. (WAKELING, 1912, 11).



Figura 1: Falsificação de parte de um sarcófago. Fonte: WAKELING, T. G. *Forged Egyptian Antiquities*. London: Adam & Charles Black, 1912.

As missões arqueológicas que trabalhavam no Egito durante esse período estavam criando um mercado de antiguidades, em que artefatos estavam sendo transportados para grandes museus da Europa. Entre os anos da expedição de Napoleão Bonaparte e a decifração dos hieróglifos, em 1822, foram muitos os viajantes que chegaram ao Egito e à Baixa Núbia, seja para saqueá-los, seja para escrever livros, ou as duas coisas. Os mais célebres – Anastasi, d’Athanasí, Drovetti e Salt, Belzoni, Rifaud, Gau e Burckhardt – reuniram coleções que deram início às seções egípcias do *British Museum*, do *Louvre* de Paris, do *Rijksmuseum van Oudheden* de Leiden e do *Museo Egizio* de Turim (BAINES; MALIK, 2004, 26).

Antecedendo a expedição francesa de 1798, indivíduos com os mais variados anseios viajaram ao Egito em busca de decifrar seus mistérios e adquirir artefatos para si ou para seus financiadores conforme a cronologia da Tabela 1.

Tabela 1: Cronologia dos principais viajantes anteriores a Napoleão Bonaparte

Nome	Data	Descrição
Martin Baumgarten	1473-????	Descreveu o obelisco “Agulha de Cleópatra” e relatou sobre o complexo de Gizé (aprox. 1507).
Pierre Belon	1517-1564	Autor de <i>Les observations de plusieurs singularitez et choses memorables trouvées en Grèce, Asie, Judée, Egypte, Arabie et autres pays étrangers</i> .
Guy de la Fontaine	????-????	Viajou ao Cairo (no ano de 1564) e relatou sobre falsas múmias.
George Sandys	1577-1644	Autor de <i>A relation of a journey begun An: Dom: 1610</i> .
Pietro Della Valle	1586-1652	Adquiriu múmias egípcias e manuscritos.
John Greaves	1602-1652	Autor de <i>Pyramidographia, or a Discourse of the Pyramids in Aegypten</i> .
Jean de Thévenot	1633-1667	Autor de <i>Relation d'un voyage fait au Levant</i> .
Johann Michael Vansleb	1635-1679	Adquiriu artefatos egípcios.
Gemelli Careri	1651-1725	Relatou o Egito em suas obras (viajou por boa parte do mundo).
Benoît de Maillet	1656-1738	Autor de <i>Description de l'Égypte</i> (1735).
Vincent le Blanc	????-????	Relatou sobre as múmias de Saqqara (1660).
Paul Lucas	1664-1737	Detalhou o Egito por ordem de Luis XIV.
Claude Sicard	1677-1726	Textos produzidos sobre o vale do Nilo.
Thomas Shaw	1694-1757	Autor de <i>Travels or Observations relating to several parts of Barbary and the Levant</i> .
Richard Pococke	1704-1765	Autor de <i>Description of the East and some other countries</i> .
Frederick Ludwig	1708-1742	Relatos e desenhos sobre o Egito.

Norden		
James Bruce	1730-1794	Estudos sobre o rio Nilo e descoberta da tumba de Ramses III (fazendo papel de Arqueólogo).
Claude-Étienne Savary	1750-1788	Autor de <i>Lettres sur l'Égypte</i> .
Volney (Conde)	1757-1820	Autor de <i>Voyage en Egypte et en Syrie</i> .
Jan Potocki	1761-1815	Autor de <i>Podróż do Turek i Egiptu</i> .
William George Browne	1768-1813	Autor de <i>Travels in Africa, Egypt and Syria, from the years 1792 to 1798</i> .

Fonte: BAINES, J.; MALIK, J. **Cultural Atlas of Ancient Egypt**. London: Andromeda Oxford Limited, 2004; LARGACHA, P. A. **Egiptologia Y Oriente Antiguo**: Del Renacimiento a Napoleón. Espanha: IVCH, 2006².

No livro *The Search for Ancient Egypt*, o arqueólogo Jean Vercoutter (apud CHRISTENSEN, 2009, p. 155) retrata que “Entre 1820 e 1828, treze templos inteiros desapareceram, suas pedras foram utilizadas para construir fábricas ou acabaram em fornos de cal; e ninguém jamais conhecerá quantas estátuas e relevos sofreram o mesmo destino”. Sendo essa uma prática rotineira, muitas pedras do revestimento original da grande Pirâmide foram removidas e utilizadas para a construção da Cairo medieval, nos séculos XI e XIV (ALLEN, 1999, 139).

Após as notórias tentativas de Athanasius Kircher, no século XVII, George Zoëga, no século XVIII, e de Johan David Åkerblad e Thomas Young, no século XIX, que Jean-François Champollion, um francês, com aptidão para a linguística, realizou o feito que daria origem à Egiptologia (STARKEY; STARKEY, 2001, 121). Movidas pela possibilidade de entender a mensagem que aquele povo tão longínquo deixara, pessoas das mais diversas áreas começavam a elaborar teorias sobre os feitos egípcios, popularizando, em boa parte do mundo (inclusive no Brasil), a cultura faraônica. Foi com a interpretação dos textos das pirâmides, dos sarcófagos e do livro dos mortos que o comércio místico ganhou grande importância nessa época, fomentando uma

² Mapeamento feito do século XVI até final do século XVIII.

busca incessante por originais que justificassem suas crenças (SIGLER; STAYTON, 1990, 11).

PROTEÇÃO ARQUEOLÓGICA

Quando Champollion sugeriu que os direitos sobre as antiguidades egípcias pertenciam à Europa, o Egito, pressionado, emitiu em 1835 uma portaria que seria considerada a primeira lei de proteção das suas heranças (COLLA, 2007, 101). No papel, destinado a proteger os monumentos do Alto Egito, o decreto bania a exportação de antiguidades sem permissão e considerava-as como propriedade do governo (SILVERMAN, 2010, 142).

Havendo razões para duvidar da interpretação na prática do documento, Antoine Khater (*apud* COLLA, 2007, 102) nos aponta que o decreto não era retroativo, o que significa que, por um lado, as reivindicações não foram feitas contra as coleções de museus existentes na Europa e, de outro, as concessões válidas continuaram por muitos anos depois. Finalmente, o texto continha ambiguidades com relação às subvenções, aos direitos de propriedade e às punições.

Ainda segundo Khater, passando por pequenas alterações em 1869, 1874 e 1880, no ano de 1891 uma nova alteração na lei concedia poderes ao Diretor-Geral de Museus e Escavações e ao Comitê Permanente de Antiguidades, podendo eles decidir sobre as concessões de atuação no Egito. Nesse período, um sistema conhecido como *partage* garantia aos escavadores licenciados o direito de levar uma parte dos achados. Parecendo uma retroação ao deserto sem lei que outrora predominava, a prática serviu para “oficializar” o que, debaixo dos panos, já ocorria. Sem muita significância, outra alteração foi realizada em 1897, na tentativa de implantar novas punições aos saqueadores (SILVERMAN, 2010, 143).

Após 77 anos da primeira tentativa de impedir que as antiguidades saíssem do Egito, uma nova alteração na lei propiciava um pouco mais de clareza e rigor. Em 1912,

dez anos antes da descoberta da tumba do faraó menino *Tutankhamon*, a “lei 14” fornecia transparência nos direitos de escavações, propriedades e vendas, emitindo uma lista de punições aos infratores (SILVERMAN, 2010, 143). Ficou explícito, apesar das tentativas anteriores, que todas as antiguidades pertenciam ao Egito, podendo estas sair do país apenas com a permissão das autoridades. Devido a alguns incidentes, houve a necessidade de se aplicar penas ainda mais severas, o que resultou na “lei 215”, de 1951 (KHATER *apud* SILVERMAN, 2010, 143). Outras tantas modificações ocorreram, mas nenhuma culminou em uma mudança radical.

Em 1970, saindo do âmbito local, a convenção realizada pela UNESCO sobre o tráfico ilícito de bens culturais trazia novamente aos púlpitos o debate sobre a necessidade de se preservar as heranças mundiais. Sendo ela um instrumento jurídico, foi estabelecida a partir do interesse dos países em desenvolvimento, vítimas de pilhagens de bens culturais (BO, 2003, 49). “O Egito, é claro, está em uma classe própria. Tornou-se um membro da Convenção em 5 de abril de 1973” (SHYLLON, 2012, 03).

A partir de 1983, com a Lei Egípcia de Proteção sobre Antiguidades, conhecida como “lei 117”, alterada em 2010 pelo até então Secretário-Geral do Conselho de Antiguidades, Dr. Zahi Hawass, ficou expressamente proibida qualquer retirada de antiguidades do Egito, sendo ela feita ou não por membros do governo (MANACORDA; CHAPPELL, 2011, 136).

Uma "Antiguidade" é qualquer bem móvel ou imóvel, produto de qualquer uma das várias civilizações ou qualquer uma das artes, ciências, literaturas e religiões dos sucessivos períodos históricos que se estendem da pré-história até um ponto de cem anos antes do presente e que tem valor arqueológico ou histórico ou significado como uma relíquia de uma das várias civilizações que foram estabelecidas na terra do Egito ou historicamente relacionado com ele, bem como restos

humanos e animais a partir de qualquer período. (LPA, 1983, Artigo 1)³

Quando assumiu o cargo em 2002, Zahi Hawass criou um departamento destinado à recuperação de antiguidades roubadas (MANACORDA; CHAPPELL, 2011, 137). Após obter sucesso nas inúmeras tentativas de repatriamento, acabou em muitas ocasiões criando verdadeiros conflitos diplomáticos, sendo o último causado por solicitar à Alemanha a devolução do busto de Nefertiti (SILVERMAN, 2010, 148).

Segundo nota do Supremo Conselho de Antiguidades (SCA)⁴, são artefatos recuperados e encontravam-se até 2010 no Museu Egípcio do Cairo:

1. Fragmentos da tumba de Mutirdis.
2. Vasos em forma de Pato de Saqqara.
3. Olho de uma estátua colossal de Amenhotep III.
4. Cabeça de Amenhotep III.
5. Ushabti de Hener.
6. Sarcófago de Imesy.
7. Coleção de Webb-Davey.
8. Artefatos de Ma'adi (98 recuperados de um total de 370).
9. Paredes pintadas da tumba de Tetiky.
10. Relicário de bronze de um gato.
11. Bloco de granito vermelho de Amenemhat I.

Dos que ainda faltam, são prioridades do SCA:

1. Máscara funerária de Ka-Nefer-Nefer.
2. Bloco da tumba de Imep-hor.
3. Busto de Nefertiti.
4. Artefatos Islâmicos.
5. Estátua de Horemheb e sua esposa.
6. Objetos do templo de Montu.
7. Cabeça de Mutnodjmet.

³ Retirado de: UNESCO – Coleção de textos legislativos sobre a proteção de bens culturais móveis. Disponível em: <<http://www.cemml.colostate.edu/cultural/09476/pdf/egyptian-law-117-of-1983.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2012.

⁴ Nota oficial emitida para imprensa em 2010. Disponível em: <http://www.sca-egypt.org/eng/RST_REC_MP.htm>

8. Joias de ouro do Museu do Cairo.
9. Artefatos de Ma'adi.

Zahi Hawass tomou novas medidas de segurança e começou a catalogar os bens armazenados em depósitos espalhados por todo o Egito. Construiu novos museus nacionais e ofereceu treinamento adicional para a guarda responsável pela segurança do patrimônio histórico (HAWASS, 2010, 14). Contudo, em 25 de janeiro de 2011 a revolução egípcia causou um verdadeiro retrocesso, colocando novamente em mãos erradas milhares de artefatos. Valiosos tesouros foram saqueados das vitrines dos museus espalhados por todo Egito, em destaque o Museu Egípcio do Cairo.

Na tentativa de evitar uma tragédia ainda maior, anônimos, formando uma única força de proteção, estabeleciam correntes humanas ao redor do museu, situado na Praça Tahrir Square, epicentro dos protestos no Egito (PANARA; WILSON, 2013, 227). Atitude que lembra a inscrição na tumba de Herymeru (VI Dinastia) na necrópole de Saqqara:

[...] Mas no que diz respeito a todo o homem que fará qualquer coisa ruim ao meu túmulo, ou que entrar com a intenção de roubar, vou pegar seu pescoço como um pássaro, e eu vou ser julgado com ele no tribunal do Grande Deus [...]. (STRUDWICK, 2005, 220).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das tentativas, no século XIX, de proteger os tesouros faraônicos, o descaso com os patrimônios históricos continuam em ritmo desenfreado. Quando o autor deste artigo esteve no Egito, em 2012, pôde ver a facilidade com que tumbas de acesso proibido são facilmente abertas com o pagamento de propinas a quem, no mínimo, deveria entender e compreender a importância imensurável dos monumentos. Não satisfeitos, desavisados tocam em relevos milenares e utilizam fortíssimos *flashes*, para o desespero de quem dedica uma vida a preservá-los. Mas foi

nas proximidades do templo de *Hatshepsut* que o autor presenciou uma cena, a qual pensava estar abolida: ao adentrar uma fábrica especializada em alabastro, logo após poucos minutos de conversa, o proprietário se dirigiu a uma mesa, de onde pegou uma chave, que ficara escondida sobre uma de suas estátuas decorativas. A chave em questão abria uma gaveta, de onde, com ar de supremacia, o saqueador mostrava artefatos originais, encontrados por ele nas redondezas. Apesar da beleza ímpar de cada joia, não era nada emocionante vê-las em posse de alguém sem o mínimo de amor pela cultura faraônica.

Reflexos da revolução de 2011, fatos como esse vêm ocorrendo com tamanha naturalidade entre os nativos, que, em sua maioria, utilizam de meios errôneos para obter vantagem financeira. A educação, única luz para a conscientização, é precária em grande parte do território, que em tempos áureos detinha um conhecimento até hoje inimaginável. Em contrapartida, há pessoas que defendem a herança cultural até a morte, nos remetendo a uma das batalhas entre o bem e o mal, protagonizada por *Horus* e *Seth*, deuses do antigo Egito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALLEN, P. J. et al. Egyptian Art in the Age of the Pyramids. United States of America: Metropolitan Museum of Art, 1999.
- BAINES, John; MALIK, Jaromir. Cultural Atlas of Ancient Egypt. London: Andromeda Oxford Limited, 2004.
- BO, J. B. L. Proteção do patrimônio na UNESCO: ações e significados. Brasília: UNESCO, 2003.
- COLLA, Elliott. Conflicted Antiquities: Egyptology, Egyptomania, Egyptian Modernity. United States: Duke University Press, 2007.
- CHRISTENSEN, Wendy. Great Empires of the Past: Empire of Ancient Egypt. New York: Chelsea House, 2009.
- HAWASS, Zahi. Inside the Egyptian Museum with Zahi Hawass: Collector's Edition. Cairo: American University, 2010.
- KEDDIE, Nikki R. Women in the Middle East: Past and Present. New Jersey: Princeton University Press, 2006.
- MANACORDA, Stefano; CHAPPELL, Duncan. Crime in the Art and Antiquities World: Illegal Trafficking in Cultural Property. New York: Springer, 2011.
- MELLA, F. A. A. O Egito dos Faraós. Milano: Hemus, 1998.
- PANARA, Carlo; WILSON, Gary. The Arab Spring: New Patterns for Democracy and International Law. United States of America: Martinus Nijhoff, 2013.
- RUSSMANN, R. E. Eternal Egypt: Masterworks of Ancient Art from the British Museum. London: British Museum Press, 2001.
- SHYLLON, Folarin. Implementation of the 1970 Unesco convention by African states: The failure to grasp the nettle. Paris: UNESCO, 2012.

SIGLER, Bernadette M; STAYTON, Kevin. *The Sphinx and the Lotus: The Egyptian Movement in American Decorative Arts, 1865-1935*. United States of America: Hudson River Museum, 1990.

SILVERMAN, Helaine. *Contested Cultural Heritage: Religion, Nationalism, Erasure and Exclusion in a Global World*. New York: Springer, 2010.

STARKEY, Paul; STARKEY, Janet. *Travellers in Egypt*. New York: Tauris Parke, 2001.

STRUDWICK, N. C. *Texts from Pyramids Age: Writings from the Ancient World*. United States of America: Society of Biblical Literature, 2005.

THOMASSON, Fredrik. *The Life of J. D. Akerblad: Egyptian Decipherment and Orientalism in Revolutionary Times*. Boston: Brill, 2013.

TIRADRITTI, Franceso. *Tesouros do Egito*. São Paulo: Manole, 2000.

VIVIAN, Cassandra. *Americans in Egypt, 1770-1915: Explores, Consuls, Travelers, Soldiers, Missionaries, Writers and Scientists*. United States of America: McFarland, 2012.

WAKELING, T. G. *Forged Egyptian Antiquities*. London: Adam & Charles Black, 1912.

ZABECKI, Melissa. *Late Predynastic Egyptian Workloads: Musculoskeletal Strees Marks At Hierakonpolis*. United States of America: ProQuest, 2009.

Artigo Recebido em: 30 de junho de 2013.

Aprovado em: 18 de janeiro de 2014.

Publicado em: 30 de abril de 2014.